



## Senado aprova MP que muda o financiamento estudantil

O texto, que segue agora para sanção presidencial, exige que o estudante comece a pagar o financiamento logo após terminar a faculdade



Senadora Lúcia Vânia, revisora da proposta em Plenário, e Eunício Oliveira, que presidiu a sessão que aprovou a medida

O Senado aprovou ontem a medida provisória que reformula o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). O texto segue agora para sanção presidencial.

Entre as principais mudanças, está a exigência de que os estudantes comecem a pagar o financiamento logo após a formatura. Antes da edição da MP, os alunos tinham carência de 18 meses após o fim do curso. Em compensação, contratos assinados a par-

tir de 2018 terão juro zero.

O texto exige que as faculdades interessadas em participar do programa façam adesão ao Fundo Garantidor do Fies. O fundo terá aporte inicial da União no valor de R\$ 3 bilhões.

Os senadores divergiram em Plenário sobre a necessidade de reformular o programa de financiamento estudantil. Para Lúcia Vânia, a medida vai salvar o Fies. Já Lindbergh Farias disse que a MP é “um ataque à educação”. **3**

**Orçamento terá R\$ 417 milhões para juro e ministérios 5**

**Restauração das mamas pós-câncer volta à Câmara 3**

**Sérgio de Castro assume vaga de Ricardo Ferraço 2**

**Deficientes podem ter autonomia para escolher curador 6**

**SUS ainda tem poucos médicos, aponta TCU 5**



Marcelo Cordeiro, vice, e Murillo de Aragão, presidente, na reunião do conselho

### Conselho de Comunicação deverá debater divulgação de fake news

A posse dos novos membros do Conselho de Comunicação do Congresso foi dominada pela preocupação com a disseminação de fake news.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, defendeu o combate a esse fenômeno e o conselho deve promover seminário sobre o tema. **2**

### Congresso rejeita veto a lei que convalida incentivo estadual

Parlamentares derrubaram ontem veto do presidente Michel Temer à lei que convalidou incentivos relacionados ao ICMS dados pelos estados a empresas e indústrias. O Congresso também manteve três vetos. Entre eles, um a trecho da lei que cria o Fundo Especial de Financiamento de Campanha. Outros cinco vetos considerados polêmicos serão analisados no dia 22. **3**

### Wesley Batista fica calado em audiência conjunta de comissões

Em audiência conjunta da CPI mista da JBS e da CPI do BNDES do Senado, o empresário Wesley Batista, do grupo J&F, recusou-se a responder às

perguntas. Diante do silêncio, o presidente da CPI mista, Ataídes Oliveira, disse que vai pedir a revogação da delação premiada dos donos da J&F. **7**



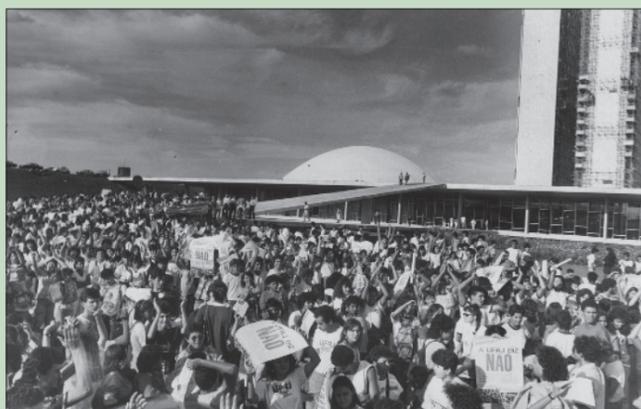
Ataídes conduz debate em que Wesley fica calado, sob orientação do advogado

### Relator apresenta parecer favorável à legalização dos jogos de azar

O relatório de Benedito de Lira sobre projeto de Ciro Nogueira legaliza jogo do bicho, bingo, videobingo, apostas esportivas e não esportivas e cassinos. Foi concedida vista coletiva do substitutivo, que pode ser votado na próxima reunião da Comissão de Constituição e Justiça. **4**

### País custa a efetivar direitos criados pela Constituição

A Constituição de 1988 instituiu vasto arcabouço de direitos e garantias aos cidadãos. Porém, a concretização dessas prerrogativas fundamentais ainda é um desafio. Na reportagem de hoje da seção *30 Anos da Constituição Cidadã*, parlamentares que atuaram na Constituinte e especialistas em direitos humanos avaliam o descompasso entre a Carta e a realidade. **8**



Manifesto de estudantes, em 1988, pelo direito à educação pública e gratuita

### Crime com uso de arma de fogo ou explosivo pode ter pena aumentada

Os crimes de roubo ou furto, que preveem reclusão de quatro a dez anos, poderão ter a pena aumentada em dois terços se forem praticados com arma de fogo, explosivo ou outro artefato perigoso. Aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, o texto de Otto Alencar deve seguir para a Câmara. **4**

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Na solenidade de posse, Eunício fala sobre liberdade de imprensa e a importância de defender a democracia

## Eunício Oliveira alerta para o perigo das fake news

Presidente do Senado falou sobre a proliferação de notícias falsas ontem na posse dos novos integrantes do Conselho de Comunicação Social do Congresso, que terão mandato de dois anos

O COMBATE ÀS fake news, as notícias falsas que são disseminadas pelas redes sociais, foi o tema dominante da posse dos novos membros do Conselho de Comunicação Social (CCS) do Congresso Nacional ontem.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, lembrou a passagem dele pelo Ministério das Comunicações e a rápida evolução da comunicação digital desde então:

— Quero ressaltar o empenho com que as empresas de comunicação têm se debruçado sobre formas de combater as chamadas fake news. Temos diante de nós um desafio global. Cada nação terá que encontrar a melhor forma de combater este fenômeno. Este conselho terá uma valorosa contribuição a oferecer.

Em seu discurso, Eunício ressaltou a importância do colegiado “na defesa da li-

berdade de expressão e de imprensa”:

— Jornalistas devem ser responsáveis pelo que publicam, mas nunca devem ser previamente calados ou ameaçados por uma opinião, por uma notícia ou por uma informação. Este conselho representa uma importante linha de defesa da democracia.

O órgão é composto por 13 titulares e 13 suplentes, que terão mandato de dois anos, representando diversas categorias da sociedade civil. Previsto na Constituição (artigo 224), o conselho é um órgão auxiliar do Congresso Nacional. Entre as suas atribuições, está a de realizar estudos, pareceres e outras solicitações encaminhadas pelos parlamentares sobre liberdade de expressão, monopólio e oligopólio dos meios de comunicação e sobre a programação das emissoras de rádio e TV.

Os conselheiros titulares que tomaram posse são José Carlos da Silveira Júnior (representante das empresas de rádio), José Francisco de Araújo Lima (representante das empresas de televisão), Ricardo Pedreira (representante de empresas da imprensa escrita), Tereza Mondino (engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social), Maria José Braga (representante da categoria profissional dos jornalistas), José Antonio de Jesus da Silva (representante da categoria profissional dos radialistas), Sydney Sanches (representante da categoria profissional dos artistas), Luiz Antonio Gerace (representante das categorias profissionais de cinema e vídeo), Miguel Matos, Murillo de Aragão, Davi Emerich, Marcelo Cordeiro e Fábio Andrade (representantes da sociedade civil).

## Novo presidente do conselho, Aragão propõe evento sobre notícias falsas

Na primeira reunião de seus novos integrantes, o Conselho de Comunicação Social (CCS) do Congresso Nacional elegeu Murillo de Aragão e Marcelo Cordeiro, respectivamente, como presidente e vice-presidente. Aragão propôs que uma das primeiras medidas do conselho seja organizar um seminário sobre as fake news, notícias falsas disseminadas nas redes sociais. Atribuiu-se a elas influência no resultado de plebiscitos e eleições recentes em vários países, como nos Estados Unidos, em 2016.

— Evidente que é um tema emergencial. Sugiro que na próxima reunião se apresente uma proposta de seminário para o início do ano que vem — disse o novo presidente do conselho.

Previsto na Constituição (artigo 224), o CCS é um órgão auxiliar do Congresso Nacional composto por 13 membros titulares e 13 suplentes, de diversos setores da sociedade. Entre as suas atribuições, está a de realizar estudos e pareceres sobre temas ligados à comunicação, para orientação dos parlamentares. Tanto Ara-

gão quanto Cordeiro, eleitos presidente e vice-presidente, integram o órgão na condição de representantes da sociedade civil.

Aragão anunciou que fará visitas de cortesia aos presidentes do Senado, Eunício Oliveira, e da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, bem como aos presidentes das comissões das duas Casas relacionadas à comunicação. Ele propôs a criação de um “observatório da liberdade de imprensa”, para monitorar as ameaças ao livre exercício do jornalismo. Pediu ainda que os conselheiros façam um levantamento dos projetos de lei ligados à comunicação que mereçam maior atenção do conselho.

Na reunião de ontem, membros do conselho, como Davi Emerich e Sydney Sanches, enfatizaram a importância de divulgar junto aos congressistas o trabalho do colegiado.

— O conselho precisa se afirmar junto ao Congresso Nacional. É um projeto em construção para nos colocarmos como referência para o trabalho parlamentar — afirmou Emerich.

**HÁ 30 ANOS**

### Constituinte se prepara para votar em Plenário projeto da Constituição

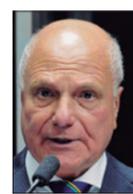
Em 9 de novembro de 1987, o *Jornal da Constituinte* anunciava o início da discussão e votação em Plenário do projeto de Constituição. A Comissão de Sistematização, encarregada de consolidar o texto, se reuniria todos os dias, incluindo fins de semana, para cumprir o prazo. “Passo a passo a Constituinte foi burilando seu texto, em 2.994 anteprojeto e 1.206 projetos completos”, dizia o jornal, “em busca de uma Carta que represente o pensamento brasileiro”.

Veja esta edição do *Jornal da Constituinte*: <http://bit.ly/JornalConstituinte24>

## Ricardo Ferraço pede licença e Sérgio de Castro assume vaga

Tomou posse ontem do mandato de senador o empresário Sérgio Rogério de Castro, suplente de Ricardo Ferraço (PSDB-ES), que pediu licença e ficará afastado por 121 dias.

Castro se disse honrado com a oportunidade e ressaltou que se empenhará para representar o Espírito Santo. O senador assume o mandato



Gerardo Magalhães/Agência Senado

filiado ao PDT. — Posso contribuir para melhorar a gestão pública com minha vivência empresarial. Posso ajudar a aperfeiçoar os nossos partidos políticos com a minha experiência associativista. Posso ajudar votando a favor de projetos virtuosos para a geração de mais bem estar para o povo brasileiro.

## Amorim lamenta acidente com caixa d'água em Sergipe

Eduardo Amorim (PSDB-SE) lamentou a queda de uma caixa d'água no telhado de uma escola em Nossa Senhora das Dores, no sertão sergipano, que deixou 2 crianças mortas e 20 feridos.

O senador considerou o governo de Sergipe culpado pelo acidente. Isso porque, segundo ele, houve descaso com a conservação do reservatório, que apresentava corrosões e desgaste de 13 anos de uso.



Gerardo Magalhães/Agência Senado

## Lasier lastima escalada da violência e pede reação do Congresso

O Brasil assiste perplexo e com cada vez mais medo a escalada da violência. A análise foi feita por Lasier Martins (PSD-RS).

Enquanto há esse clima de guerra, para Lasier, tanto os governos federal, estaduais e municipais, quanto o Congresso Nacional, não trabalham com medidas efetivas de combate à criminalidade.

Ele disse que apresentou projetos que podem ajudar a reduzir a violência.

— Precisamos de menos ideologia e de mais ação.



Gerardo Magalhães/Agência Senado

### ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois das 16h de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



#### CRE Embaixadores

9h Sabatina de indicados para embaixadas brasileiras no Quênia e na Tailândia.

#### PLENÁRIO Sessão deliberativa

11h Na pauta, o PLS 369/2017, que destina verba para bacias hidrográficas.

#### CSE Funcionalismo público

14h Audiência interativa para debater o futuro do funcionalismo público.

#### CPI DOS MAUS-TRATOS Depoimento

14h Alessandro da Silva Santos, acusado de pedofilia.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

# Senado aprova medida que modifica as regras do financiamento estudantil

Entre as principais mudanças, está a exigência de pagamento das parcelas do financiamento pelo estudante logo após o término do curso

O PLENÁRIO APROVOU ontem a medida provisória que reformula o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). A MP 785/2017 segue para sanção presidencial.

Entre as principais mudanças, está a exigência, já para 2018, de adesão das faculdades interessadas a um fundo de garantia, além do pagamento das parcelas do financiamento pelo estudante logo após o término do curso. Antes os alunos tinham carência de 18 meses após o término da faculdade. Apesar de retirar a carência, o texto estabelece juro zero para contratos assinados a partir de 2018. Alterações dos juros não incidirão sobre contratos firmados antes da mudança.

O texto aprovado destina recursos de vários fundos regionais para o programa e abre a possibilidade de haver financiamento do BNDES.

A MP também estabelece

regras para o parcelamento de débitos com o Fies. A possibilidade de parcelamento foi incluída durante a tramitação no Congresso.

## Fundo

Para dar mais garantia aos pagamentos, devido à inadimplência, a MP criou o Fundo Garantidor do Fies, com aporte inicial da União de R\$ 3 bilhões e participação proporcional das faculdades.

Outra mudança permite à União fazer novos aportes ao fundo garantidor. Apenas estudantes de famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal poderão contar com garantia exclusiva desse fundo, sem necessidade de oferecer outras. Os demais terão de apresentar garantia adicional, como fiança.

Os valores financiados considerarão a área de conhe-

cimento, a modalidade e a qualidade do curso financiado, além da localização geográfica da instituição, observadas diretrizes do Conselho Gestor do Fies. A partir do próximo ano, o estudante deverá contratar seguro obrigatório para os casos de falecimento ou invalidez, já que o saldo não será mais absorvido pelo Fies e pela instituição de ensino.

## Mantenedoras

A MP também estabelece uma participação gradativa das mantenedoras de instituições de ensino que aderirem ao Fies e tiverem financiamentos aprovados para seus estudantes a partir de 2018. Essa participação será com recursos próprios aportados no Fundo Garantidor do Fies, destinado a garantir os pagamentos dos financiados. Caso o estudante não honre a parcela, o fundo fará o pagamento, primeiro

com recursos das cotas das faculdades participantes e depois com recursos da União.

No primeiro ano, a participação das mantenedoras será de 13% das mensalidades, podendo variar em função do porte das instituições de ensino. Do segundo ao quinto ano, a contribuição será de 10% a 25%, e a variação dependerá do índice de evasão dos estudantes, da falta de pagamento da coparticipação ou do não pagamento de outros valores devidos pelo estudante.

Após o quinto ano, a mantenedora pagará a razão entre o valor gasto pelo fundo para honrar o compromisso dos alunos nela matriculados e o valor mensal esperado do pagamento, ambos referentes ao ano anterior. No sexto e no sétimo ano de participação no fundo, essa diferença não poderá ser inferior a 10%.

O texto aprovado resgata o tema da MP 773/2017, que perdeu a vigência, para garantir aos estados e aos municípios a autorização de uso de recursos da lei de regularização de ativos no exterior na manutenção e desenvolvimento do ensino público. A autorização ajudava os municípios que precisavam desse dinheiro para cumprir a meta de aplicação mínima em educação pública.

Com Agência Câmara

## Reconstrução das mamas após câncer volta à Câmara

O Senado aprovou ontem, em segundo turno, projeto de lei da Câmara que garante às mulheres vítimas de câncer de mama a reconstrução nos seios, mesmo que o câncer se manifeste apenas em um dos lados. Como sofreu mudanças, o projeto voltará para a Câmara.

O texto aprovado é o substitutivo de Marta Suplicy (PMDB-SP) ao PLC 5/2016. De acordo com a senadora, a mama reconstruída dificilmente será igual à mama removida, por isso, o procedimento de aumento, elevação ou redução deve ser indicado para o outro lado.

— O projeto de lei cuida de garantir a integralidade da intervenção cirúrgica realizada e proporcionar uma melhor qualidade de vida às mulheres que sofreram esse tipo de mutilação.

Ela também estendeu o mesmo direito às mulheres que contam com planos privados de saúde e não apenas às atendidas pelo SUS, como na proposta inicial.

José Serra (PSDB-SP) lembrou que a reconstrução de mama já era gratuita no SUS desde 1999, quando ele era ministro da saúde. Para ele, a aprovação do texto é um aperfeiçoamento.

Rose de Freitas (PMDB-ES) comemorou o empenho do Senado para aprovar o projeto, que classificou como um avanço.

## Votação da MP do Fies gerou polêmica em Plenário

A votação da MP do Fies gerou debate em Plenário. A revisora, Lúcia Vânia (PSB-GO), afirmou que a medida é uma forma de salvar o programa. Segundo ela, “da forma como está hoje, o Fies é um programa totalmente inviável”.

Já Fátima Bezerra (PT-RN) disse que o fim da carência

de 18 meses para o estudante começar a pagar o financiamento pode inviabilizar o Fies. Ela apresentou um destaque para resgatar esse item, mas não houve apoio suficiente para a emenda ser aprovada.

O líder do PT, Lindbergh Farias (RJ), disse que o governo Temer tem atacado a educa-

ção, e que a MP do Fies seria mais um exemplo. Segundo Lindbergh, com as alterações dos 700 mil beneficiários em 2014, o Fies pode ser reduzido a apenas 100 mil.

Valdir Raupp (PMDB-RO) defendeu a MP, apontando que haverá 300 mil vagas para o Fies no próximo ano.

## RÁPIDAS

### APROVADO CRÉDITO DE R\$ 305 MI PARA INDENIZAÇÃO E CONTRATAÇÃO DE SEGUROS

O Congresso aprovou ontem o PLN 10/2017, que abre crédito de R\$ 305 milhões para vários ministérios. A maior parte, R\$ 189,1 milhões, vai para a indenização de seguro rural e a contratação de seguro para exportação.

### CADASTRO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO TERÁ CRÉDITO DE R\$ 177 MILHÕES

Crédito suplementar de R\$ 177 milhões para o INSS foi aprovado ontem pelo Congresso. Parte do dinheiro vai para processamento de dados de benefícios e outra parte para promoção do trabalho decente e economia solidária.

### CONGRESSO AUMENTA NÚMERO DE VICE-LÍDERES DO GOVERNO NA CASA

Aumentou de cinco para dez o número de vice-líderes do governo no Congresso. A medida consta do PRN 1/2016, da senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) e do deputado Wellington Roberto (PR-PB). Texto foi aprovado ontem.

### COMISSÃO MISTA DA LEI KANDIR GANHA MAIS 120 DIAS DE TRABALHO

Foi aprovada ontem em sessão do Congresso Nacional a prorrogação dos trabalhos da Comissão Mista Especial da Lei Kandir. A comissão, que teria até 12 de dezembro para trabalhar, ganhou mais 120 dias.

### CONGRESSO REDUZ COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

O número de integrantes da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher vai diminuir, segundo o PRN 2/2017, aprovado. A nova composição será de 11 deputados e 11 senadores, em vez de 27 deputados e 10 senadores.

## Congresso derruba um veto de Temer e mantém outros três

O Congresso rejeitou ontem o veto do presidente Michel Temer à lei que convalida incentivos concedidos a empresas pelos governos estaduais. Outros três vetos foram mantidos e cinco serão votados em sessão conjunta marcada para 22 de novembro.

Senadores e deputados derrubaram o veto parcial 24/2017, aposto à Lei Complementar 160/2017. A norma convalida isenções do ICMS a empresas e indústrias sem o aval do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

O Palácio do Planalto vetou pontos que estendiam os benefícios a tributos como Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), PIS-Pasep e Cofins. Com a derrubada do veto, o incentivo permanece.

## Vetos mantidos

O Congresso manteve o veto a artigos da lei que transforma a Autoridade Pública Olímpica na Autoridade de Governança do Legado Olímpico. O texto que saiu do Congresso autorizava o uso de estruturas do legado olímpico mesmo que estivessem em desacordo com a legislação local sobre licenciamento e prevenção contra incêndios. O dispositivo exigia apenas que o equipamento se adequasse a requisitos de maior rigidez de padrão internacional.



Parlamentares rejeitaram ontem veto a lei que concede isenções do ICMS a empresas

Senadores e deputados também mantiveram o veto que suspende pontos da lei que disciplina a instalação de cercas elétricas na zona rural e nas cidades. O primeiro item vetado conferia à Defesa Civil do município a responsabilidade de fiscalizar os serviços. O segundo previa que as multas pelo descumprimento das normas deveriam ser revertidas para campanhas de esclarecimento da população.

Também foi mantido o veto à lei que cria o Fundo Especial de Financiamento de Campanha e extingue a propaganda partidária no rádio e na TV. Os arti-

gos vetados tratavam da divisão dos recursos do fundo entre os partidos políticos e o rateio do dinheiro entre os candidatos na campanha.

## Pendências

Cinco vetos polêmicos ficaram para análise em 22 de novembro. Senadores e deputados devem analisar o veto à minirreforma eleitoral (Lei 13.488/2017). Temer tornou sem efeito, por exemplo, a regra que obrigava provedores de aplicativos e redes sociais a retirar da internet publicação falsa ou odiosa contra partido ou coligação.

# Benedito de Lira apresenta voto a favor da legalização de jogos de azar

O presidente da CCJ concedeu vista coletiva ao relatório. Polêmico, o projeto deve enfrentar resistência na votação, prevista para a próxima reunião

O SENADOR BENEDITO de Lira (PP-AL) apresentou ontem relatório pela aprovação do PLS 186/2014, que autoriza a exploração de jogos de azar. Após a leitura, o presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Edison Lobão (PMDB-MA), concedeu vista coletiva ao relatório. O projeto, de Ciro Nogueira (PP-PI), será colocado em pauta na próxima reunião.

O substitutivo de Benedito legaliza, para maiores de 18 anos, jogo do bicho, bingo, videobingo, apostas esportivas e não esportivas e cassinos on-line ou em complexos de lazer integrados.

O relatório determina a criação de contribuição com alíquotas de 10% ou 20% a se-



Marcos Oliveira/Agência Senado

Para Benedito de Lira, a questão moral dificulta a aprovação do projeto

rem cobradas de quem obtiver o credenciamento para explorar a atividade. A União deve repassar 30% do dinheiro aos municípios e outros 30% aos estados e Distrito Federal, para serem aplicados obrigatoriamente em saúde, previdência e segurança.

— Em virtude da situação orçamentária gravíssima por que passam os entes federa-

dos, é urgente que os novos recursos arrecadados sejam também partilhados de forma semelhante ao que ocorre em relação a outros tributos — defendeu o relator.

Benedito afirmou que os jogos sempre fizeram parte do “imaginário da civilização”. Na opinião do senador, a longa proibição de 75 anos no Brasil levou a que se rotulasse

a prática como uma questão moral, o que dificulta o debate sobre a lei.

— A medida pretende retirar os jogos da informalidade e ilegalidade, permitindo que os operadores sejam empresários e contribuam com a atividade econômica brasileira. Ao mesmo tempo vai promover o incremento da arrecadação de impostos — afirmou.

O assunto é polêmico e deve enfrentar resistências. Lindbergh Farias (PT-RJ) é um dos que já se manifestaram contra. A princípio, o senador não queria que a proposta sequer fosse lida ontem, visto que não estava inicialmente na pauta.

A legalização do jogo voltou com força no noticiário nacional após reunião de governadores com os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia, e do Senado, Eunício Oliveira. No encontro, sugeriram a liberação da atividade, com a destinação de impostos à área de segurança pública.

## Vai à Câmara pena maior para crimes com explosivo

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem projeto de lei que aumenta a pena para os crimes de furto ou roubo praticados com uso de arma de fogo, explosivo ou outro artefato perigoso (PLS 149/2015). Pelo texto de Otto Alencar (PSD-BA), com esse agravante a pena básica para o crime, que é de quatro a dez anos de reclusão, deverá ser aumentada em dois terços. A proposta segue para a Câmara dos Deputados.

### Assaltos a bancos

Otto destaca que os assaltos a agências bancárias com uso de explosivos têm crescido

muito, especialmente nas cidades do interior, que muitas vezes só têm uma agência bancária. Inutilizá-la prejudica e expõe especialmente os idosos, que precisam se deslocar para cidades vizinhas para sacar recursos, e quase sempre são assaltados na volta.

O relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG), defendeu a aprovação do texto.

— É importante que a lei penal defina o fato criminoso o mais objetivamente possível, fazendo distinção entre condutas mais e menos graves.

Anastasia acatou emenda de Simone Tebet (PMDB-MS) que também penaliza o uso

de explosivos em furtos, não apenas para roubos, como dizia o projeto original, e o próprio furto de material para fabricar ou montar explosivos.

### Debate

A discussão desta proposta e de outras com aumento de penas gerou debates. O presidente da CCJ, Edison Lobão (PMDB-MA), criticou o grande número de projetos desse tipo.

— Estamos exagerando no que diz respeito à fixação de penas maiores do que as que já existem, e não são frouxas. Estamos chegando ao ponto de classificar quase todos os crimes como hediondos.

A comissão deveria meditar um pouco mais sobre isso.

Lindbergh Farias (PT-RJ) observou que o aumento de penas não adianta nada, mesma visão de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

— Temos outras maneiras de diminuir a violência.

Simone, no entanto, defendeu o projeto.

— O aumento de penas não resolve por si só o problema da violência, mas há determinados crimes que ganham relevância no cenário nacional e antes não aconteciam, justamente porque não têm o tipo bem especificado no Código Penal.

## Mortes em ações policiais poderão ter investigação mais rigorosa

Retorna ao Plenário projeto de lei do Senado que altera o Código de Processo Penal para exigir a realização de necropsia completa e exame do local do crime nos casos de morte violenta ocorrida em ações policiais. O PLS 239/2016 foi aprovado novamente ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O reexame foi provocado pela apresentação por João Capiberibe (PSB-AP), no Plenário, de quatro emendas ao texto já aprovado pela CCJ.

O projeto resultou dos trabalhos da CPI do Assassinato de Jovens e recebeu parecer favorável, com duas emendas,

da relatora na CCJ, Lídice da Mata (PSB-BA).

Após avaliar as emendas de Capiberibe, Lídice recomendou o acolhimento das mudanças. Ela observou que duas delas garantem maior segurança aos exames periciais, já que determinam a presença física do delegado de polícia durante a realização. Outra emenda assegura a conservação do local do crime, fundamental para esclarecimento da autoria. A última emenda deixa expresso que a autoridade competente para o desempenho da função de polícia judiciária é o delegado, chefe da investigação criminal.

## Aprovado em comissão projeto que cria crime de idosicídio

O assassinato de idosos pode passar a existir como figura penal específica no Código Penal. Aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o projeto atribui ao crime a condição de homicídio qualificado se a vítima tiver chegado aos 60 anos de idade. Como tramita em caráter terminativo, se não houver recurso para votação em Plenário, o projeto segue para a Câmara.

De Elmano Férrer (PMDB-PI), o PLS 373/2015 também inclui o delito no rol dos crimes hediondos, que recebem tratamento mais rigoroso quanto a regime de prisão, sem permitir

indulto ou anistia.

Na condição de crime qualificado, o idosicídio pode resultar em pena de reclusão de 12 a 30 anos. No homicídio simples, a pena vai de seis a 20 anos.

O relator, José Maranhão (PMDB-MA), apresentou duas emendas: uma delas especificou a idade de 60 anos para configurar o idosicídio. O projeto original apenas se referia a crime contra o idoso, sem definir faixa etária. A segunda propôs que a pena seja aumentada de um terço até a metade se o crime for praticado por a irmão, cônjuge ou companheiro da vítima.

### RÁPIDAS

#### CCJ COMEÇA A VOTAR PACOTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) começou ontem a análise de 36 projetos sobre segurança pública, relatados por Simone Tebet (PMDB-MS), que os dividiu em três grupos.

O primeiro já foi votado e todas as propostas foram arquivadas, por já existirem leis em vigor sobre os temas. Na próxima reunião, serão apresentados os de parecer favorável e, no fim do mês, será a vez dos projetos com relatório pela rejeição. A CCJ também aprovou convite ao ministro da Justiça, Torquato Jardim, para esclarecer sobre ações e programas de segurança pública.

#### PEC AMPLIA COMPETÊNCIA DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem proposta de emenda à Constituição que atribui ao defensor público-geral federal poder para propor ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade. A PEC 31/2017, de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), vai agora ao Plenário para votação em dois turnos.

A proposta delega atribuição ao defensor público-geral para propor, no Superior Tribunal de Justiça, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal de casos de grave violação dos direitos humanos.

#### PROPOSTA AUMENTA CONTROLE SOCIAL DE OBRAS PÚBLICAS

A CCJ aprovou ontem projeto que institui o mecanismo de gestão compartilhada para acompanhamento orçamentário, financeiro e físico da execução de obras, prestação de serviços e compras de materiais e equipamentos pelo poder público (PLS 325/2017). A intenção do autor, João Capiberibe (PSB-AP), é viabilizar o controle por grupos de cidadãos organizados em aplicativos disponíveis na internet ou na telefonia celular.

A proposta será apreciada agora pela Comissão de Transparência, em decisão terminativa.

#### PROJETO PODERÁ CONTAR COM ASSINATURAS ELETRÔNICAS

Projetos de lei de iniciativa popular poderão receber apoio dos cidadãos por meio de assinaturas eletrônicas. Proposta com esse objetivo foi aprovada em caráter terminativo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) ontem. O PLS 267/2016, de Reguffe (sem partido-DF), segue para a Câmara dos Deputados. Randolfe Rodrigues (Rede-AP) apresentou relatório favorável ao projeto, sem alterações no texto original.

De acordo com o senador, a iniciativa fortalece os princípios da Constituição, em especial o artigo 1º, sobre manutenção da democracia.

#### VAI À CÂMARA DESCONTO EM CONCURSO PARA DOADORES

Os doadores regulares de sangue poderão ganhar abatimento de metade do valor da taxa de inscrição em concursos. É o que prevê o Projeto de Lei do Senado 545/2015, aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça. Se não houver recurso para votação em Plenário, o projeto segue vai à Câmara. Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), autor, quer incentivar a doação de sangue no Brasil, que é baixa. O relator, Magno Malta (PR-ES), estendeu o prazo original de 12 para 18 meses, em que a pessoa deve fazer no mínimo três doações para ser considerada doadora regular.

# Comissão aprova R\$ 417 milhões para o Executivo

Quatro mensagens presidenciais modificam o Orçamento de 2018 e destinam recursos para a quitação de encargos financeiros e para a distribuição entre ministérios

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) aprovou ontem quatro mensagens presidenciais abrindo R\$ 417 milhões em créditos para pagamentos de encargos financeiros e dotações para diversos ministérios. As modificações feitas pelo governo no projeto de lei orçamentária de 2018 (PLN 20/2017), que ainda será votado, motivaram reações entre os parlamentares.

O deputado Bohn Gass (PT-RS) protestou contra os cortes em diversos programas e o aumento dos gastos com a dívida pública.

— Infelizmente, no Orçamento, o governo elevou o pagamento de juros e encargos da dívida para 2018. Aqui não tem meta fiscal. Parece que não tem o problema fiscal. Quando é para pagar banqueiro, rentista, não tem problema fiscal. Mas, quando um professor vai reivindicar para manter uma universidade aberta, quando um agricultor vai reivindicar um recurso para poder produzir alimento, ou quando alguém que não tem teto vai pedir uma moradia, aí o governo não pode ajudar porque tem de cuidar da meta fiscal.

O governo, após ter altera-

do a meta fiscal para R\$ 159 bilhões de déficit para 2017 e também para 2018, enviou um novo projeto de Lei do Orçamento de 2018. Pela amplitude das modificações, foram reabertos os prazos para as emendas individuais dos parlamentares, das comissões e das bancadas.

## Emendas

Já o presidente da CMO, senador Dário Berger (PMDB-SC), cobrou dos parlamentares o cumprimento dos prazos para a apresentação de emendas.

— Até quinta-feira [hoje] às 19 horas, está aberto ainda o prazo para alteração das mensagens que poderão ser modificadas. Sobretudo porque a própria peça orçamentária do governo, que ele encaminhou definitivamente agora nos últimos dias, modificou bastante aquela originalmente destinada.

A CMO também promoveu uma audiência sobre o plano de desenvolvimento do Nordeste e o uso do Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste. Foram ouvidos a Sudene, o Banco do Nordeste, o Ministério da Integração Nacional e o TCU.



O presidente da CMO, Dário Berger (C), cobrou dos parlamentares o cumprimento do prazo para propor emendas

## Contingenciamento de verba para Nordeste é criticado

Participantes de debate na CMO criticaram o contingenciamento de recursos para as principais fontes de financiamento federal ao Nordeste. O Banco do Nordeste (BNB) é o responsável pelos empréstimos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

O secretário de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU), Márcio Fernando Sueth, disse que as operações de crédito feitas pelo BNB com recursos do fundo cresceram até 2014, mas reduziram em 2015 e 2016.

— O desenvolvimento regional só vai se dar por completo quando forem melhorados o planejamento, as ações coordenadas dos atores governamentais envolvidos — disse Sueth.

Segundo o presidente do BNB, Marcos Holanda, o acesso ao crédito foi prejudicado desde 2013 pelo aumento na taxa de juros. O BNB é responsável por 68% do crédito de longo prazo do Nordeste. Holanda disse que cerca de R\$ 10 bilhões do FNE são transferidos à população pelo programa de microcrédito, que responde por 19 mil operações diárias.

Já o orçamento do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FNDE), ligado à Sudene, caiu de R\$1,5 bilhão para R\$ 440 milhões entre 2016 e 2017. O fundo é operado por Banco do Brasil, Caixa Econômica e Banco do Nordeste.

Marcelo José das Neves, da Sudene, disse que contingenciamento de recursos do FNDE pode afastar novos investimentos, já que o empresário não terá certeza se conseguirá cobrir o aumento dos custos (a alta na taxa de juros do FNDE) pela receita.

Da Agência Câmara

## Falta de médicos é principal problema do SUS, diz TCU

Número insuficiente de leitos em hospitais, falta de equipamentos e infraestrutura inadequada são problemas que o brasileiro enfrenta diariamente na saúde pública. Mas a maior dificuldade do setor é a falta de médicos e de outros profissionais na atenção básica, porta de entrada para o sistema de saúde. A constatação foi feita ontem pelo presidente do Tribunal de Contas da União, Raimundo Carreiro, e pelo secretário de Controle Externo da Saúde do órgão, Marcelo Chaves.

Eles participaram de audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para detalhar os resultados das au-



Raimundo Carreiro, presidente do TCU, fala em comissão sobre saúde

ditorias do tribunal em várias políticas públicas federais de saúde. O debate foi requerido por Marta Suplicy (PMDB-SP).

Em 2013, a taxa de médicos registrados por 10 mil habi-

tantes nas capitais era de 42,2, contra 19,5 no país como um todo, o que, segundo o TCU, comprova a dificuldade enfrentada para fixar profissionais nas cidades do interior, em especial nas Regiões Norte e Nordeste. Segundo Chaves, o Programa Mais Médicos, criado para diminuir a carência de profissionais em regiões afastadas dos grandes centros, tem sido importante para tentar mudar a realidade.

Segundo o senador Dalírio Beber (PSDB-SC), que presidiu a reunião, as informações vão auxiliar os senadores a apresentar projetos de lei e a fiscalizar as ações do governo federal.

## Emendas ao Orçamento de 2018 preveem investimento de R\$ 1,5 bi

O senador Acir Gurgacz (PDT-RO), relator da adequação de emendas apresentadas ao projeto de Lei Orçamentária Anual para 2018 (PLN 20/2017), deu parecer favorável a cinco emendas de apropriação que totalizam quase R\$ 1,5 bilhão.

Entre elas, está a emenda para construção, reforma e reaparelhamento das infraestruturas aeronáutica civil e aeroportuária de interesse federal, de autoria de Wellington Fagundes (PR-MT), no valor de R\$ 400 milhões, que atende também a sugestões apresentadas por Fernando

Bezerra (PT-RN), Gladson Cameli (PP-AC) e Elmano Férrer (PMDB-PI).

Outra emenda destina R\$ 500 milhões para para manutenção de trechos rodoviários, de Fernando Bezerra, Acir Gurgacz, Gladson Cameli, Eduardo Braga (PMDB-AM), Wilder Moraes (PP-GO) e Valdir Raupp (PMDB-GO);

A construção de trecho rodoviário Humaitá-Lábrea, recebeu emenda de Eduardo Braga no valor de R\$ 150 milhões. A construção da Ferrovia Transcontinental ficou com R\$ 400 milhões destinados por Valdir Raupp.

## Novos requisitos para condutores de ambulâncias vão ao Plenário

Projeto aprovado ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) determina que o motorista de ambulância deverá ser maior de 21 anos, possuir ao menos diploma de nível médio e habilitação para condução de veículos nas categorias D ou E.

O PLC 82/2017, do deputado Valdir Colatto

(PMDB-SC), segue agora para análise do Plenário e, se aprovado sem alterações, vai para sanção presidencial.

A proposta prevê também que o condutor deve ter treinamento especializado e reciclagem a cada cinco anos. O relator, Paulo Paim (PT-RS), apresentou duas emendas de redação.

## Comissão vai analisar política de erradicação do trabalho escravo

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou a convocação do ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, para esclarecer sobre a portaria que alterou os critérios de trabalho escravo no país. O requerimento foi de Paulo Rocha (PT-PA).

A CDH ainda aprovou plano de trabalho para avaliação das políticas

públicas de erradicação do trabalho escravo e requerimentos para debates. Também passou a convocação do ministro da Justiça, Torquato Jardim, para esclarecer declarações de que comandantes da Polícia Militar do Rio de Janeiro seriam associados ao crime organizado e subordinados a parlamentares.

## Avança projeto que integra marisqueiras ao setor da pesca

Foi aprovado, pela Comissão de Direitos Humanos (CDH), projeto que cria política de desenvolvimento das atividades das mulheres marisqueiras (PLC 47/2017). O substitutivo aprovado, de Cidinho Santos (PR-MT), determina que a atividade das marisqueiras passe a integrar o setor da pesca.

O texto define como mulher marisqueira aquela que, de forma artesanal, captura ou apanha mariscos em manguezais, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, para sustento próprio ou comercialização de parte da produção. A proposta segue para análise da Comissão de Agricultura.

# Deficiente poderá participar de escolha de curadores

Pelo texto aprovado em comissão, a pessoa com deficiência terá o direito a dar sua palavra ao juiz sobre a escolha do curador. Proposta passa por mais uma análise antes de seguir à Câmara

A COMISSÃO DE Direitos Humanos (CDH) aprovou ontem projeto do senador Romário (Pode-RJ) que oferece mais proteção às pessoas com deficiência submetidas à curatela. O PLS 262/2017 segue para análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em caráter terminativo.

A curatela é o exercício jurídico que determina uma pessoa como curadora dos maiores de 18 anos que não possuem condições físicas ou mentais de responder por seus atos civis como administrar os próprios bens.

O projeto de Romário, que altera os parágrafos do Código de Processo Civil que tratam do tema, foi relatado na CDH pelo senador José Medeiros (Pode-MT).

— O projeto é altamente meritório porque visa corrigir descompasso cronológico que se instaurou no arcabouço jurídico do país em matéria de proteção à pessoa com deficiência. É bom que se note que o fez alinhando-se à tendência internacional de ampla promoção da autono-



Romário é o autor do projeto que altera o Código de Processo Civil

mia da pessoa com deficiência — afirmou Medeiros.

Romário elogiou o relatório e frisou que a luta pelos direitos das pessoas com deficiência precisa continuar.

— As coisas têm melhorado no dia a dia, o preconceito vem diminuindo, mas ainda falta muita coisa para que eles tenham uma vida digna — disse Romário.

Pelo projeto, a pessoa submetida à curatela terá direito ao convívio familiar e a dar sua palavra ao juiz sobre a escolha do curador, entre outros direitos.

O projeto estabelece ainda que o Ministério Público só promoverá a curatela em caso de deficiência mental, intelectual ou doença mental grave; que, na entrevista com o interdito ou em qualquer outra fase processual, quando se tratar de pessoa com deficiência, o juiz será sempre assistido por equipe multidisciplinar; e que, em relação à sentença que decretar a interdição, o juiz nomeará curador, que poderá ser o requerente da curatela, fixando limites na forma da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

# CPI aprova condução coercitiva de artista e curador de mostra

A CPI dos Maus-Tratos aprovou ontem requerimentos para a convocação coercitiva do artista Wagner Schwartz, responsável pela performance de um artista nu no Museu de Arte Moderna de São Paulo, e do curador da exposição, Gaudêncio Fidélis. Por não terem respondido ao convite para as audiências da comissão em São Paulo, Schwartz e Fidélis serão conduzidos por força policial à reunião da CPI.

Também foi aprovado requerimento de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) que pede a constituição de grupo de trabalho com representantes do Ministério da Justiça, da Polícia Federal, da Receita Federal, do Banco Central, do Ministério Público, da Safernet e do Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços.

O objetivo é elaborar mecanismos de investigação financeira para punir quem compra material pela internet cujo conteúdo envolva maus-tratos a crianças e adolescentes.

Outros requerimentos de convite a quatro psicólogas e a uma advogada que atuaram em processos de violência contra crianças em São Paulo foram aprovados. Também foram convidadas a depor Viviane Costa Rios, Alexandra Barros Clemente e Daniela Pavan Mendes, que devem esclarecimentos sobre um caso de maus-tratos a criança informado em diligência da CPI em São Paulo.

O presidente da comissão, Magno Malta (PR-ES), disse que as audiências em São Paulo contribuíram para a formulação de propostas para proteger crianças e adolescentes.



Magno Malta (D) preside reunião da CPI ao lado do relator, José Medeiros

## Lindbergh critica mudanças e convoca para protesto

Segundo Lindbergh Farias (PT-RJ), a proposta de reforma da previdência é uma de tantas outras tentativas do governo de acabar com direitos dos trabalhadores e dos pobres.

O senador aproveitou para criticar os que apoiaram as mudanças nas leis do trabalho, que entrarão em vigor no sábado.

— Os senhores votaram na volta da escravidão. E eu encerro chamando os brasileiros a irem para as ruas na sexta-feira [amanhã]. É um protesto contra essa reforma trabalhista que vai dar muito o que falar.



## Paulo Paim anuncia paralisação contra reforma trabalhista

Paulo Paim (PT-RS) registrou decisão das centrais sindicais de promover na sexta-feira um dia nacional de paralisação. O protesto, que deve ser nacional, ocorrerá um dia antes da entrada em vigor das novas regras da reforma trabalhista.

O senador informou também que vai chegar ao Congresso nos próximos dias um abaixo-assinado com o apoio de milhares de pessoas pedindo a revogação dessa legislação e lembrou que apresentou projeto com o mesmo propósito.

— A maioria dos juízes do Trabalho diz que ela é inaplicável, que há contradição entre artigos e com a Constituição.

## Vanessa cobra de Temer alterações na nova lei trabalhista

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) voltou a criticar Michel Temer por não cumprir compromisso de modificar os pontos controversos da reforma trabalhista. Para ela, Temer está “enrolando os parlamentares”. A senadora criticou o presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ives Grandra Martins, que defendeu indenização por dano moral proporcional ao salário.

Vanessa entende que esse é um dos itens que o presidente se comprometeu a retirar da reforma.



## Capiberibe propõe controle de gastos públicos por aplicativo

João Capiberibe (PSB-AP) destacou que a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou projeto de sua autoria que permite ao cidadão acompanhar os gastos públicos por aplicativos como o WhatsApp (PLS 325/2017).

— Esse projeto busca aproximar o cidadão do Estado brasileiro — disse Capiberibe, para quem a medida vai mudar a mentalidade comum de que não existe prestação de contas do uso do dinheiro arrecadado da sociedade com a cobrança de impostos.



## Paulo Rocha lamenta crimes ligados à disputa de terra

Paulo Rocha (PT-PA) relatou crimes relacionados à disputa por terras no Pará e lamentou que, após 21 anos do massacre de Eldorado do Carajás, os governantes continuem usando os mesmos métodos violentos para proteger o latifúndio e reprimir a luta dos camponeses.

O senador disse que os conflitos haviam diminuído nas gestões Lula e Dilma Rousseff. Segundo ele, com Michel Temer no poder, o Pará voltou a se enquadrar no ranking dos estados mais violentos na disputa desigual por terras.



### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Eunício Oliveira  
**Primeiro-vice-presidente:** Cássio Cunha Lima  
**Segundo-vice-presidente:** João Alberto Souza  
**Primeiro-secretário:** José Pimentel  
**Segundo-secretário:** Gladson Cameli  
**Terceiro-secretário:** Antonio Carlos Valadares  
**Quarto-secretário:** Zeze Perrella  
**Suplentes de secretário:** Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Angela Brandão  
**Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Silvio Burl  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana  
**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil  
**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves  
**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino  
**Arte:** Cássio S. Costa e Diego Jimenez  
**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)



Os senadores Roberto Rocha e Ataídes Oliveira, presidente da CPI da JBS, não obtiveram respostas do executivo

## Wesley Batista permanece em silêncio no Congresso

Controlador do grupo J&F, empresário usa de direito constitucional e se cala diante das perguntas de deputados e senadores durante reunião conjunta de duas comissões parlamentares de inquérito

DURANTE POUCO MAIS de duas horas em que permaneceu na audiência conjunta da CPI mista da JBS e da CPI do BNDES (do Senado), o empresário Wesley Batista, um dos controladores do grupo J&F, recusou-se a responder às perguntas de deputados e senadores, usando o direito constitucional de permanecer calado.

O silêncio diante das perguntas fez com que o presidente da CPMI, senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO), anunciasse que vai pedir à Justiça a revogação da delação premiada dos controladores da JBS. O senador alegou que a Lei das Delações Premiadas (12.850/2013) obriga o delator a abrir mão do silêncio.

— Vou seguir as orientações dos meus advogados e ficar calado — insistiu Batista.

### Impasse

Antes do interrogatório, o empresário leu um comunicado em que afirmou estar disposto a colaborar assim que for resolvido o impasse judicial relativo aos efeitos de sua colaboração premiada. Ele negou ainda ter descumprido as cláusulas do seu acordo de colaboração judicial e se disse injustiçado por estar preso en-

quanto as pessoas que delatou estão soltas.

Wesley e o irmão Joesley Batista, assim como o executivo Ricardo Saud, perderam os benefícios legais de sua delação, entre os quais a imunidade penal, depois que foram acusados de omitir informações do Ministério Público — principalmente sobre a participação do ex-procurador da República Marcelo Miller nas tratativas relativas à colaboração.

— Estamos vendo colaboradores sendo punidos e perseguidos pelas verdades que disseram. Isso fez o Brasil se olhar no espelho, mas como ele não gostou do que viu, temos delatores presos e delatados soltos — disse Batista antes das perguntas dos integrantes das comissões.

O empresário disse ainda não estar arrependido de colaborar com a Justiça. Ele descreveu o processo de delação premiada como uma decisão “difícil e solitária” e classificou a reviravolta dos benefícios que obteve com a colaboração como um “retrocesso”.

### Acusação

Wesley e Joesley Batista estão presos, suspeitos de usar informações privilegiadas

para obter lucro com compra de dólares e venda de ações da própria JBS antes da divulgação da delação premiada.

As operações financeiras questionadas foram realizadas entre 3 de maio, quando foi assinado o acordo, e 17 de maio, quando foi divulgada a gravação entre Joesley e o presidente Michel Temer, que tornou público o acordo.

### Ex-procurador

Batista também se recusou a responder a perguntas sobre a participação do ex-procurador Marcelo Miller na negociação dos acordos de colaboração.

Em depoimento à CPI mista, o advogado Francisco de Assis e Silva, ex-diretor jurídico da JBS, disse que Miller ajudou na formatação da proposta de delação dos executivos quando ainda fazia parte da equipe do ex-procurador-geral da República Rodrigo Janot.

Segundo ele, Miller teria orientado Wesley e Joesley a respeito dos termos da delação em fevereiro, dois meses antes de se desligar oficialmente do Ministério Público para atuar como advogado em um escritório encarregado de atuar para a JBS no acordo de leniência.

Da Agência Câmara

### Ângela Portela critica aumento de energia no estado de Roraima

Ângela Portela (PDT-RR) criticou ontem o aumento da energia elétrica em Roraima. Segundo ela, o aumento para os consumidores residenciais foi de 35,3% e, para os de alta tensão, de 35,9%.

A senadora afirmou que o governo federal impõe reajuste superior à inflação porque a medida é necessária para reequilibrar as contas das concessionárias, com o objetivo de atrair interessados.



Gerardo Magela/Agência Senado

### Gleisi Hoffmann reclama de reajuste do gás de cozinha

Gleisi Hoffmann (PT-PR) criticou o aumento do preço do botijão de gás de cozinha em 6,5% e ressaltou que, desde que Michel Temer assumiu o governo, a alta já ultrapassa 66%.

Gleisi falou que o valor a mais no orçamento dos parlamentares não é relevante. Enquanto isso, disse a senadora, o reajuste é impactante para as famílias que dependem do salário mínimo.



Gerardo Magela/Agência Senado

### Bezerra quer debate sobre operações do Banco Central

Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) defendeu que o Congresso discuta as operações compromissadas do Banco Central. Segundo ele, um quarto da dívida bruta está em operações compromissadas que pagam juros pela taxa Selic, o que agrava o desajuste fiscal. O senador propôs um plano gradual de troca das operações compromissadas por dívida pública de menor custo.



Gerardo Magela/Agência Senado

## Convidados criticam nova gestão de refinaria da Petrobras no RN

A Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) discutiu ontem com representantes do setor petrolífero os planos de investimento e gestão da Petrobras no Rio Grande do Norte. Os convidados demonstraram preocupação com a possibilidade de que mudanças na administração da refinaria gerem queda de investimentos e de produção.

A Refinaria Clara Camarão voltará a ser gerenciada pela Diretoria de Exploração e Produção da Petrobras. Atualmente, a administração é feita pela Diretoria de Refino e Gás Natural. Durante a audiência pública, o representante da Petrobras Tuerte Rolim afirmou que se trata apenas de uma otimização da estrutura de gestão e garantiu que não haverá demissões.

— É muito natural essa integração que a Petrobras está fazendo. Com o agravamento da nossa crise, então, todo mundo está fazendo a sua gestão para fazer frente a essa fase.

No entanto, a senadora Fátima Bezerra (PT-RN) acredita que a mudança vai tirar a autonomia da refinaria.

— Ela é motivo de muito orgulho para nós, fruto de muita luta. É uma unidade tão lucrativa que, inclusive, recebeu autorização para ampliar sua capacidade.

### Potiguares estão atentos às mudanças no complexo Clara Camarão, diz Fátima

Fátima Bezerra (PT-RN) afirmou ontem, em Plenário, que a bancada do estado no Congresso e a sociedade potiguar permanecerão vigilantes para garantir que não haja prejuízos para a Refinaria Clara Camarão.

Ela esclareceu que a postura é necessária mesmo a Petrobras tendo assegurado que a refinaria não perderá investimentos. Representantes audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, presidida pela senadora.



Presidente da CDR, Fátima acredita que a unidade perderá autonomia

## Comissão aprova relatório de MP da devolução de crédito indevido

A comissão mista que analisa a Medida Provisória 788/2017 aprovou ontem o relatório de Humberto Costa (PT-PE). A MP define procedimentos para a devolução dos valores creditados indevidamente por órgão da administração pública na conta de servidores e pensionistas falecidos. O texto segue para a Câmara dos Deputados.

Segundo o governo, existe defasagem média de 59 dias entre o falecimento do servidor ou pensionista e a comunicação do fato ao órgão de origem, o que gera acúmulo de recursos públicos em contas particulares, com a possibilidade de saques indevidos.

Atualmente, os bancos dificultam a restituição dos valores sob a alegação da existência de resolução do Conselho Monetário Nacional que atribui apenas ao próprio correntista poder para movimentar conta ou autorizar débito.

Para o relator, a proposta resguarda os interesses dos entes públicos nas três esferas

federativas quanto à restituição dos valores e, ainda, oferece segurança jurídica às instituições financeiras para a devolução dos recursos, sem risco de questionamento legal.

O texto aprovado na comissão é o projeto de lei de conversão sugerido por Humberto Costa.

— Alguns pontos da MP devem ser modificados a fim de que o Estado brasileiro não prejudique especialmente as parcelas menos aquinhoadas da população com medidas draconianas na área da Previdência Social — argumentou.

O relator excluiu do alcance da MP os beneficiários dos Programas de Apoio à Conservação Ambiental, a chamada Bolsa Verde, e de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, a chamada Bolsa Fomento, previstos na Lei 12.512, de 2011. A exclusão foi adotada pelas mesmas razões apresentadas na mensagem do Executivo para não aplicar a MP aos beneficiários do Bolsa Família.



# Concretizar direitos da Carta ainda é desafio

Uma das mais progressistas do mundo no setor, Constituição de 1988 instituiu garantias sociais que não são efetivamente cumpridas pelo Estado brasileiro

Guilherme Oliveira

EM JUNHO DE 2014, a estudante Stephanie (nome fictício) participou de um protesto em Curitiba contra a Copa do Mundo. Ela acompanhou todo o evento, mas se separou dos demais manifestantes quando atos de vandalismo se iniciaram. Ao se afastar da área, foi abordada e revistada por policiais, que encontraram uma máscara em sua mochila.

— Confirmei que estava na manifestação, mas neguei ter quebrado qualquer coisa.

Não adiantou. Stephanie recebeu voz de prisão e ficou detida por três dias. Apesar de um relatório policial concluir que não há evidências identificando-a como responsável por ato de vandalismo, o inquérito prosseguiu e, neste ano, ela foi formalmente denunciada por dano qualificado. Estudante do último ano de direito, pode ser impedida de exercer a advocacia caso venha a ser condenada, além de ganhar ficha criminal.

A Constituição brasileira traz um vasto arcabouço de direitos e garantias para os cidadãos do país. A concretização dessas prerrogativas fundamentais, no entanto, ainda é um desafio. Em seus quase 30 anos de existência, a Carta apontou o caminho para um país humanamente pleno, mas a travessia tem revelado curvas que não foram antevistas.

Casos como o de Stephanie, em que proteções individuais contra arbitrariedades do Estado são desrespeitadas, são um exemplo de como os direitos e garantias fundamentais prometidos pela Constituição estão em descompasso com a realidade.

A presunção de inocência, o devido processo legal, a dignidade da pessoa humana são direitos garantidos pela Carta desde que ela entrou em vigor, em outubro de 1988. Isso não impede que o Brasil seja palco de violações sistemáticas, que já renderam, inclusive, condenações internacionais. Recentemente, por exemplo, a Corte Interamericana de Direitos Humanos considerou o Estado brasileiro culpado por duas chacinas no Complexo do



Povo comemora promulgação da Carta em frente ao Congresso: cena reflete esperança pela conquista de direitos

Alemão, no Rio, que mataram 26 jovens em 1994 e 1995.

Na opinião da estudante Stephanie, a existência e a promessa dos direitos e garantias, por si só, não bastam. O que faz diferença, afirma, é sua concretização pela iniciativa dos agentes da sociedade.

— O episódio, pelo menos, serviu para descobrir minha vocação como advogada. Esses direitos são as armas que usarei para tentar impedir que outros sofram o que eu sofri.

## Promessas

Para a jurista Flávia Piovesan, os 30 anos de democracia sob a Carta de 1988 ainda são pouco tempo para que a realidade fática do país pudesse ser transformada. Isso porque, segundo ela, a Constituição esteve, desde sempre, “adiantada” em relação ao país — até como um impulso perene para que as práticas deletérias fossem progressivamente abandonadas.

— Mudar uma lei é um processo árduo, mas muito menos complexo do que efetivá-la. Isso demanda mudança cultural, que é lenta.

Outro argumento para explicar o desencontro é que a Constituição nunca teria sido tirada do papel por meio de ação institucional coordenada. Marcos Fuchs, diretor-adjunto da ONG Conectas Direitos Humanos, analisa que a estruturação do Estado democrático pós-1988 passou ao largo dos direitos fundamentais.

— Isso se deve a uma falta

de interesse de agir após a promulgação. Não houve uma coalizão entre os Poderes para a efetivação dos direitos, não houve um orçamento adequado para garanti-los. Não houve, naquele primeiro momento, um Judiciário tão efetivo.

Já em seu preâmbulo, a Carta afirma que o Estado brasileiro destina-se a “assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais”. Entre o rol de princípios fundamentais da República, primeiro dispositivo do texto, estão a cidadania, a dignidade da pessoa humana, a livre iniciativa e o pluralismo político. Os objetivos fundamentais do país incluem a erradicação da pobreza, a redução das desigualdades e a promoção do bem coletivo.

O artigo 5º, que elenca as garantias individuais de todos os cidadãos, possui 78 itens — todos considerados “cláusulas pétreas”, o que significa que nenhuma emenda constitucional pode limitá-los. Em adição a eles, a Carta enuncia 11 direitos sociais — obrigações que o Estado tem para com a qualidade de vida dos cidadãos, por meio do provimento de serviços. A lista inclui educação, saúde, segurança, previdência, moradia, transporte e lazer.

## Elaboração

Na Assembleia Nacional Constituinte, uma comissão de parlamentares se responsabilizou por elaborar o eixo dos direitos e garantias. O relator foi o então senador José Paulo

Bisol (PMDB-RS).

Representante do campo da esquerda, Bisol avalia que as ideias progressistas e as bandeiras dos direitos eram um pensamento predominante na sociedade e na classe política no momento em que a Constituinte começou a delinear a nova Carta. O desejo da redemocratização e a vontade de tecer respostas às práticas da ditadura militar impulsionaram as ideias que se consolidariam no texto final, diz.

No papel, o eixo de direitos e garantias da Carta brasileira é considerado um dos mais progressistas do mundo. Mas a dissonância entre as promessas e a realidade entregue aos cidadãos é reconhecida hoje por constituintes que atuaram na elaboração do eixo.

Um exemplo é na segurança. O mais recente anuário do setor, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, evidencia crescimento no número de mortes violentas intencionais: em 2016, o total de vítimas fatais de crimes e de ação policial superou 61,5 mil, recorde da série histórica do estudo.

A oferta de educação também convive com a ineficácia do setor público. O Brasil se afasta progressivamente das metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação para atendimento escolar à população jovem e conclusão das etapas fundamental e média da educação básica. Na área da saúde, pesquisa publicada em maio pelo periódico *The*

*Lancet* colocou o Brasil na 89ª posição, entre 195 países, no quesito “acesso à saúde”.

Para o deputado Gonzaga Patriota (PSB-PE), que também integrou a comissão, essas falhas não se devem a planejamento equivocado da Constituição, mas ao fato de ela não ter sido respeitada pelos governantes que vieram depois. Ele diz que os parlamentares constituintes calcularam que o Brasil teria condições de sustentar a ampla rede de direitos sociais devido a um vasto potencial econômico inexplorado que, esperavam eles, seria aproveitado pelos governos democráticos. Essas previsões não foram erros, diz: foram feitas com a certeza de que, com a condução correta, as riquezas do país supririam as necessidades do povo.

— Pensávamos num país em que não ocorresse a roubalheira que ocorreu.

## Do outro lado

Já a senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) oferece outra visão. Deputada na Constituinte, também participou da comissão que desenharia a estrutura dos direitos e garantias e se recorda do anseio em combater as desigualdades.

Depois de atuar como deputada, porém, ela ocupou o cargo de secretária nacional de Assistência Social, entre 1995 e 1998, e pôde avaliar, pela perspectiva do Executivo, o tamanho das demandas que o Legislativo havia provocado.

— Tive a responsabilidade de transformar a assistência, que era até então movida a favores e caridade, em política pública. Havia muitas dificuldades. O Orçamento não conseguia abrigar a ampliação dos direitos.

Ela ressalta que, mesmo com “exageros”, a mobilização nacional que pressionou a Constituinte a ampliar o leque dos direitos foi meritória, por fazer com que o país saísse de uma “zona de conforto” conservadora em busca de uma sociedade mais inclusiva, que ainda está em construção.

É uma mobilização desse tipo que, para Bisol, falta para que direitos ainda não entregues na plenitude sejam consolidados.

— A sociedade está cada vez mais treinada para lutar por direitos, mas o povo se calou, não há mais atividade política. As coisas acontecem e não há reação. Estamos amortecidos.



Manifestação no Rio, em 2014, contra a violação de direitos nas favelas



O então senador Bisol foi relator do eixo de direitos na Constituinte



Deputada na época, Lúcia Vânia também atuou na comissão

A seção 30 Anos da Constituição Cidadã é publicada no **Jornal do Senado** na primeira quinta-feira de cada mês. Veja mais em <http://bit.ly/Constituicao30Anos>